

Legislação consultada

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Decreto	Estadual	4	09/12/1889	Dá regulamento para o serviço da Hospedaria de Imigrantes
Decreto	Estadual	6	27/12/1889	Cria uma Superintendência de Obras Públicas
Decreto	Estadual	13	15/01/1890	Sobre a administração municipal
Decreto	Estadual	25	26/02/1892	Fixa as atribuições dos secretários de Estado
Decreto	Estadual	28	01/03/1892	Organiza as Secretarias do Interior, da Justiça e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criadas pela Lei 15, de 11 de novembro de 1891
Decreto	Estadual	64	23/05/1892	Cria uma comissão incumbida de verificar as condições higiênicas dos prédios nas cidades do Estado
Decreto	Estadual	86	29/07/1892	Regulamenta a Lei n. 16, de 13 de novembro de 1891, que organiza os municípios do Estado
Decreto	Estadual	87	29/07/1892	Regulamenta a Lei n.43 de 18 de julho do corrente anno, que organiza o serviço sanitario do Estado
Decreto	Estadual	104	15/12/1890	Cria o primeiro Congresso do Estado de São Paulo e publica a sua Constituição.
Decreto	Estadual	145	05/01/1893	Transfere à municipalidade a administração dos jardins públicos da Capital
Decreto	Estadual	233	02/03/1894	Estabelece o Código Sanitário
Decreto	Estadual	394	07/10/1896	Dá regulamento ao Serviço Sanitário do Estado
Decreto	Estadual	488	09/10/1897	Aprova as bases do contracto com a São Paulo Gas Company Limited para o serviço a iluminação a gaz da capital
Decreto	Estadual	982	07/12/1901	Dá regulamento para a cobrança do imposto predial e taxa de exgottos no município da Capital
Decreto	Estadual	1454	05/04/1907	Regulamenta a Lei n.1038, de 19/12/1906, que dispõe sobre a organização municipal
Decreto	Estadual	1508	04/09/1907	Fixa o número de imigrantes a introduzir em 1907 neste Estado, mediante subvenção, no regime da lei 1045-C, de 27 de dezembro de 1906 e regulamento do decreto n.1458, de 10 de abril de 1907
Decreto	Estadual	1509	04/09/1907	Dá regulamento à Repartição de Águas e Exgottos, e cria o laboratório de analyses químicas e bacteriológicas das águas de abastecimento, anexo
Decreto	Estadual	1533	28/11/1907	Regulamenta a Lei n.1103, de 26 do corrente, que modificou a de n.1038, de 19 de dezembro de 1906, sobre a organização municipal
Decreto	Estadual	2141	14/11/1911	Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado
Decreto	Estadual	2621	24/12/1915	Regulamenta a arrecadação do imposto sobre o capital empregado em imóveis
Decreto	Estadual	2733	23/11/1916	Regulamenta a arrecadação do imposto sobre o capital empregado em prédios de aluguel
Decreto	Estadual	2918	09/04/1918	Dá execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo
Decreto	Estadual	3843	17/04/1925	Organiza a Recebedoria de Águas da Capital
Decreto	Estadual	3876	11/07/1925	Reorganiza o Serviço Sanitário e repartições dependentes
Decreto	Estadual	4261	20/10/1927	Dá diversas providências sobre os serviços do abastecimento de água e saneamento da Capital
Decreto	Estadual	4781	29/11/1930	Dá instruções sobre a organização municipal
Decreto	Estadual	4918	03/03/1931	Modifica o Departamento de Organização Municipal
Decreto	Estadual	5059	06/06/1931	Autoriza o Prefeito de São Paulo a contrair um empréstimo interno até a quantia de 8.000.000\$000
Decreto	Estadual	5755	09/12/1932	Autoriza o Município da Capital a usar da faculdade tributária conferida aos Estados pelo decreto federal n. 21390, de 11 de maio de 1932
Decreto	Estadual	5756	09/12/1932	Cria a taxa adicional de 5% sobre verbas da receita do orçamento no Município da Capital para a execução de obras públicas
Decreto	Estadual	5762	12/12/1932	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1933
Decreto	Estadual	6290	31/01/1934	Reorganiza o Departamento de Administração Municipal e dá outras providências
Decreto	Estadual	6519	30/06/1934	Reorganiza o Departamento de Administração Municipal e dá outras providências
Decreto	Estadual	9146	05/05/1938	Subordina à Interventoria o Departamento das Municipalidades
Decreto	Estadual	10234	30/05/1939	Subordina o Departamento das Municipalidades à Secretaria de Estado da Justiça e Negócios do Interior
Decreto	Estadual	10881	05/01/1940	Reorganiza o Departamento das Municipalidades
Decreto	Estadual	270a	20/11/1894	
Decreto	Estadual	4790-A	10/12/1930	Cria, na Secretaria do Interior, o Departamento de Organização Municipal e dá outras providências
Lei	Estadual	12	28/10/1891	Organiza o Serviço Sanitário do Estado

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Lei	Estadual	16	13/11/1891	Organiza os municípios do Estado
Lei	Estadual	35	28/06/1892	Autoriza o governo a despender a soma necessária para o saneamento de Santos, São Paulo e outras localidades do Estado, podendo para esse fim empregar os saldos recolhidos ao Thesouro etc.
Lei	Estadual	41	11/07/1892	Autoriza o Governo a transferir às municipalidades a fiscalização das linhas de bondes dos respectivos municípios e a da Capital, a administração dos jardins públicos desta
Lei	Estadual	43	18/07/1892	Organiza o Serviço Sanitário do Estado
Lei	Estadual	240	04/09/1893	Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo
Lei	Estadual	323	22/06/1895	Dispõe sobre as terras devolutas, sua medição, demarcação e aquisição, sobre a legitimação ou revalidação das posses e concessões, discriminação do domínio público do particular e dá outras providências
Lei	Estadual	410	09/07/1896	Estabelece o modo pelo qual as câmaras municipais podem contrair empréstimo no estrangeiro
Lei	Estadual	432	03/08/1896	Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado
Lei	Estadual	545	02/08/1898	Modifica a Lei n.323, de 22 de junho de 1895
Lei	Estadual	1038	19/12/1906	Dispõe sobre a organização municipal
Lei	Estadual	1094	23/10/1907	Determina as regras que devem ser observadas nos empréstimos contraídos pelas câmaras municipais
Lei	Estadual	1103	26/11/1907	Modifica a Lei n.1038, de 19 de dezembro de 1906, sobre a organização municipal e dá outras providências
Lei	Estadual	1211	13/10/1910	Revoga as disposições do art. 6º da lei n. 1103, de 26 de novembro de 1907, e dá outras providências
Lei	Estadual	1310	30/12/1911	Approva o decreto n.2141, de 14 de novembro de 1911, expedido pelo Poder Executivo do Estado, reorganizando o Serviço Sanitário e o Regulamento que acompanha, com modificações
Lei	Estadual	1323	24/10/1912	Derroga a lei n. 1103, de 26 de novembro de 1907
Lei	Estadual	1344	18/12/1912	Dispõe sobre empréstimos municipais e concessões de privilégios
Lei	Estadual	1392	06/12/1913	Dispõe sobre a eleição de prefeito em cada um dos Municípios do Estado e estende a três anos a duração do mandato do Prefeito da Capital
Lei	Estadual	1501	30/09/1916	Dispõe sobre a eleição de prefeito do município da capital
Lei	Estadual	1551	02/10/1917	Modifica a lei nº 1103, de 1907, que dispõe sobre a organização municipal
Lei	Estadual	1596	29/12/1917	Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado
Lei	Estadual	2018	26/12/1924	Dispõe sobre a oficialização do Instituto de Higiene de São Paulo
Lei	Estadual	2121	30/12/1925	Approva o decreto n.3876, de 11 de julho de 1925, que reorganizou o Serviço Sanitário e repartições dependentes
Lei	Estadual	2259	31/12/1927	Modifica as disposições do Código Sanitário, relativamente à construção de Hospitales, Casas de Saúde e Maternidade
Lei	Estadual	2484	16/12/1935	Lei Orgânica dos Municípios
Lei	Estadual	2484	16/12/1935	Lei Orgânica dos Municípios
Lei	Estadual	2509	02/01/1936	Institui a taxa de melhoria no Estado de São Paulo
Lei	Estadual		30/12/1911	Approva a reorganização da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas
Lei	Estadual	1193-A	23/12/1909	Concede auxílio para que sejam instalados e funcionem até três hotéis modernos, sendo dois na Capital e um no município de Santos
Lei	Estadual	1310-G	30/12/1911	Autoriza o Governo a auxiliar a Câmara Municipal da Capital, com a importância de 10.000:000\$000, para completar o plano de melhoramentos iniciados
Lei	Estadual	2168-B	26/12/1926	Autoriza a municipalidade de São Paulo a contrair, no país ou no exterior, um empréstimo até a importância de 50.000:000\$000
Regulamento	Estadual		22/09/1899	Regulamento a que se refere o decreto n.708, de 18 de setembro de 1899
Decreto	Federal	1021	26/08/1903	Manda aplicar a todas as obras da competência da União e do Distrito Federal o decreto nº 816, de 10 de julho de 1855, com algumas alterações
Decreto	Federal	4956	09/09/1903	Approva o regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade pública
Decreto	Federal	19398	11/11/1930	Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e dá outras providências
Decreto	Federal	21390	11/05/1932	Faculta e regula a criação, pelos Estados e Municípios, da taxa especial de benefício
Decreto-lei	Federal	3365	21/06/1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Decreto	Imperial	816	10/07/1855	Autoriza o Governo a estabelecer o processo para a desapropriação dos prédios e terrenos que forem necessários para a construção das obras e mais serviços pertencentes à Estrada de Ferro de Dom Pedro II, e as outras estradas de ferro do Brasil, e a marcar
Decreto	Imperial	1664	27/10/1855	Dá Regulamento para execução do Decreto nº 816, de 10 de julho do corrente ano, sobre desapropriações para a construção de obras e serviços das estradas de ferro do Brasil
Lei	Imperial		01/10/1828	Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz
Lei	Imperial		09/09/1826	Marca os casos em que terá lugar a desapropriação da propriedade particular por necessidade, e utilidade pública, e as formalidades que devem preceder à mesma desapropriação
Lei (Ato Adicional)	Imperial	16	12/08/1834	Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832
Ato	Municipal	1	07/01/1899	Reorganiza o pessoal da Intendência Municipal
Ato	Municipal	16	01/05/1897	Franqueia ao público o Viaduto do Chá
Ato	Municipal	21	17/12/1930	Suspende as disposições do art. 23 da lei n. 2689, de 04 de abril de 1924, revoga o art. 12º da lei n. 3108, de 28 de outubro de 1927 e restabelece o art. 24 da lei n. 3008, de 28 de outubro de 1926
Ato	Municipal	25	23/12/1930	Modifica algumas disposições da Lei n.3427, de 19 de novembro de 1929 ("Código Arthur Saboya")
Ato	Municipal	25	13/09/1898	Regulamenta o serviço sanitário municipal
Ato	Municipal	32	27/12/1930	Institui uma Comissão Municipal de Serviços de Utilidade Pública
Ato	Municipal	35	30/12/1930	Institui uma Comissão de Serviço Civil
Ato	Municipal	38	31/12/1930	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1931
Ato	Municipal	50	09/01/1931	Desdobra a 7ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação, e dá outras providências
Ato	Municipal	58	15/01/1931	Institui a censura estética dos edifícios e dá outras providências
Ato	Municipal	127	20/03/1931	Institui o "zoning" para determinados distritos urbanos e constitui uma Comissão para o estudo desse problema, em toda a cidade
Ato	Municipal	129	21/03/1931	Revoga o Ato nº 25, de 23 de dezembro de 1930, e dá outras providências
Ato	Municipal	152	21/08/1903	Abre um crédito suplementar de 1.105:691\$642 à verba "Serviços e Obras" do orçamento vigente
Ato	Municipal	286	30/12/1931	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1932
Ato	Municipal	340	03/01/1910	Dá regulamento para os jardins públicos e praças ajardinadas
Ato	Municipal	373	04/11/1910	Declara em vigor para o exercício de 1911 o orçamento do exercício de 1910
Ato	Municipal	392	24/04/1911	Cria a Inspetoria Geral de Fiscalização
Ato	Municipal	396	06/05/1911	Divide o Município em 40 distritos fiscaes e 4 zonas
Ato	Municipal	453	30/03/1912	Regulamenta o serviço de limpeza pública e particular da cidade
Ato	Municipal	555	16/12/1933	Dispõe sobre a realização de um empréstimo interno de 30.000:000\$000, para fazer face às restituições de contribuições para calçamento
Ato	Municipal	573	16/04/1913	Reorganiza as repartições da Prefeitura
Ato	Municipal	582	17/03/1934	Dispõe sobre o número de pavimentos das edificações que se levantarem no triângulo comercial e em diversos logradouros públicos, dando outras providências
Ato	Municipal	660	16/07/1934	Transforma em Inspetoria a atual Comissão Municipal de Serviços de Utilidade Pública
Ato	Municipal	663	10/08/1934	Aprova a consolidação do Código Arthur Saboya (Lei 3427, de 19 de novembro de 1929), abrangendo todas as disposições constantes de Leis e Atos, em vigor nesta data, referentes a construções, arruamentos etc.
Ato	Municipal	737	30/11/1934	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1935
Ato	Municipal	744	05/12/1934	Modifica em parte a Consolidação do Código de Obras "Arthur Saboya", a fim de armonizar as suas disposições com as do Código Sanitário do Estado e Regulamento da Repartição de Águas e Esgotos da Capital
Ato	Municipal	747	07/12/1934	Revoga o § único do art. 182 do Ato nº 663, de 10 de agosto de 1934, que aprova a Consolidação do Código de Obras "Arthur Saboya"
Ato	Municipal	753	05/02/1915	Expede instruções para execução da lei nº 1646, de 15 de fevereiro de 1913

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Ato	Municipal	769	14/06/1915	Regulamenta a Lei n.1666, de 26 de março de 1913, e as disposições legais referentes a vias públicas por essa lei não revogadas
Ato	Municipal	778	19/01/1935	Modifica as Leis ns.1581 e 2511 respectivamente de 22/08/1912 e 19/07/1922, reletivas às taxas de passeios não construídos ou em mau estado de conservação, e dá outras providências
Ato	Municipal	789	08/02/1935	Dispõe sobre casas populares construídas com inobservância de disposições legais
Ato	Municipal	791	08/02/1935	Altera a letra "i" do art.61, o parágrafo 2 do art.65, os arts.116, 39 e 40, os parágrafos 1 e 2 do art.750 e o parágrafo 3 do art.273, modificando disposições do Código de Obras
Ato	Municipal	793	13/09/1915	Altera o Ato n.396, de 06 de maio de 1911, que dividiu o Município em 40 distritos fiscais e 4 zonas
Ato	Municipal	820	13/03/1935	Altera o parágrafo 1 do art.43, reduzindo para 1,50 ms o recuo de vitrinas das casas comerciais voltadas para o Viaduto da Boa Vista
Ato	Municipal	849	27/01/1916	Regulamenta a lei nº 1874, de 12 de maio de 1915, e as disposições legais referentes a construções por essa lei não revogadas
Ato	Municipal	900	17/05/1916	Expede instruções para boa execução do § único do art. 75 do Ato 849, de 27 de janeiro de 1916
Ato	Municipal	918	13/09/1935	Regula a concessão de alvarás condicionais para construções e dá outras providências
Ato	Municipal	962	30/11/1935	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1936
Ato	Municipal	979	24/12/1935	Altera a redação do parágrafo 15 do art.103 do ato 663/34, dispondo sobre a cobrança em dobro de emolumentos e alvarás referentes às obras iniciadas sem a prévia licença e que possam ser conservadas, salvo os casos dos arts. 67 e 68
Ato	Municipal	996	08/01/1936	Dispõe sobre a isenção de entrega ao Protocolo Geral, para competente numeração e atuação: pedidos de "habite-se" ou "visto" das construções terminadas, que deverão ser diretamente entregues à subdivisão de Fiscalização de Obras Particulares
Ato	Municipal	1013	13/02/1936	Estabelece normas para a denominação de vias públicas, numeração e emplacamento dos imóveis (art.118, letra "b" do ato 663/34), registro das ruas particulares e construções nas mesmas
Ato	Municipal	1023	07/03/1936	Dispõe sobre alvará, taxa e vistoria relativos a fábricas, oficinas e depósitos de inflamáveis, fazendo isenção no art.553 do ato 663/34 e das taxas especificadas no parágrafo único do art.115 e parágrafos 4 a 6 do art.117
Ato	Municipal	1074	25/04/1936	Adota no município da Capital, nos termos do parecer nº 24 do Conselho Consultivo, a lei estadual nº 2509 de 02 de janeiro de 1936, que institui a taxa de melhoria no Estado de São Paulo
Ato	Municipal	1083	16/05/1936	Substitui e revoga o Ato 1023/36 (art.47)
Ato	Municipal	1124	30/06/1936	Modifica disposições do Ato 996/36 e dá outras providências
Ato	Municipal	1145	04/07/1936	Altera o art.628, a alínea "a" dos parágrafos 1 e 2 do art.635, art.640, art.659 e seus parágrafos 1 e 2, arts. 662 e 663 do Ato 663/34, relativos a depósito de inflamáveis líquidos
Ato	Municipal	1147	21/09/1917	Regulamenta, nos termos do contracto de 28 de setembro de 1899, o serviço de ligação das instalações elétricas dos consumidores, com as redes distribuidoras da "The S. Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd."
Ato	Municipal	1235	11/05/1918	Regulamenta a lei nº 2119, de 16 de fevereiro de 1918, que adota, para incorporar às posturas municipais, a lei estadual nº 1596, de 29 de dezembro de 1917, na parte referente à construção e reconstrução de prédios
Ato	Municipal	1238	24/03/1937	Regulamenta o ato nº 1074, de 25 de abril de 1936, que adotou no município da Capital a lei estadual nº 2509, de 02 de janeiro de 1936, relativa à taxa de melhoria
Ato	Municipal	1336	13/01/1938	Altera o art.467 e seu parágrafo do ato 663/34, sobre áreas para o depósito de carnes e dá outras providências
Ato	Municipal	1355	04/02/1938	Torna extensivas às ruas do Jardim Europa as disposições do art.24 e seu parágrafo do ato 663/34, sobre tipos de fechos
Ato	Municipal	1366	19/02/1938	Modifica o art.181 do ato 663/34, que regula as edificações na rua Barão de Itapetininga e noutras, sujeitando-as ao art.145 do referido ato, salvo exceções, e dá outras providências
Ato	Municipal	1373	15/03/1938	Regula as edificações na rua Formosa e dá outras providências
Ato	Municipal	1382	15/03/1938	Modifica parcialmente o plano para construção da avenida Anhangabaú, ex-Iltororó
Ato	Municipal	1469	12/09/1938	Revoga em parte o ato 1373, deste ano, sobre construções na rua Formosa

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Ato	Municipal	1496	25/10/1938	Dispõe sobre construções na avenida 9 de julho, entre a alameda Itu e a rua Estados Unidos, nas rampas de acesso à alameda Jaú e no jardim sobre o túnel
Ato	Municipal	1573	08/04/1939	Institui prêmios para os mais belos edifícios construídos na cidade
Ato	Municipal	2501	25/02/1925	Expede instruções para execução, em parte, da lei n° 2819, de 09 de fevereiro de 1925
Ato	Municipal	2791	30/06/1927	Regulamenta as leis ns. 2689, de 04 de abril de 1924, e 2971 de 07 de maio de 1926, combinadas com o artigo 24 da Lei n. 3008, de 28 de outubro de 1926, relativamente aos orçamentos e ao lançamento da contribuição para a pavimentação da cidade
Ato	Municipal	3067	12/01/1929	Modifica o art.8, do Acto n.135, de 26 de agosto de 1902, que regulamentou o serviço de viação e distribuição de energia eléctrica, explorado por "The S. Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd."
Ato	Municipal	3080	01/03/1929	Expede instruções para execução, em parte, da lei n° 3065, de 15 de julho de 1927
Decreto	Municipal	11	25/08/1939	Torna extensiva às ruas do jardim Paulista os dispositivos do art.24 e seu parágrafo do ato 663/34, sobre tipos de fechos
Decreto	Municipal	163	23/10/1940	Estabelece tipo de passeio para a avenida Ipiranga
Decreto	Municipal	169	12/11/1940	Estabelece tipo de passeio para a rua Vieira de Carvalho
Decreto	Municipal	210	14/03/1941	Estabelece tipo de passeio para o largo do Arouche e trecho da rua General Osório
Decreto	Municipal	218	18/04/1941	Estabelece tipo de passeio para o Parque Anhangabaú
Decreto	Municipal	223	03/06/1941	Declara aplicáveis à rua Bahia as exigências do art.40 do ato 663/34, que dispõe sobre habitações particulares
Decreto	Municipal	260	06/11/1941	Declara aplicáveis às ruas Dr. Fabrício Vampré, Cel. Artur Godói e Haiti as exigências do corpo do art.40 do ato 663/34, sobre habitações particulares
Decreto	Municipal	424	29/05/1943	Declara aplicáveis a um trecho da avenida Brigadeiro Luiz Antonio as exigências do art.40 do ato 663/34, sobre habitações particulares
Decreto-lei	Municipal	3	05/10/1939	Concede favores fiscais para a construção e instalação de grandes hotéis nesta Capital
Decreto-lei	Municipal	13	19/12/1939	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1940
Decreto-lei	Municipal	14	23/12/1939	Estabelece tipo de pavimentação para os passeios na avenida Nove de Julho e permite a construção de muretas de alvenaria para fecho dos terrenos situados nos trechos residenciais, de acordo com o art.36 do Código de Obras
Decreto-lei	Municipal	41	03/08/1940	Regulamenta as construções na avenida Ipiranga e dá outras providências
Decreto-lei	Municipal	61	29/11/1940	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1941
Decreto-lei	Municipal	64	19/12/1940	Institui a taxa de pavimentação, destinada ao custeio parcial das obras de calçamento no Município
Decreto-lei	Municipal	75	11/02/1941	Regulamenta as construções na avenida 9 de Julho e dá outras providências
Decreto-lei	Municipal	76	12/02/1941	Proíbe o funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais que não satisfaçam as exigências do parágrafo 3 do art.141 e do art.209 do ato 663/34
Decreto-lei	Municipal	82	10/03/1941	Estabelece o recuo de 6,00 ms. para as construções na avenida Vital Brasil
Decreto-lei	Municipal	92	02/05/1941	Dispõe sobre regulamentação especial de construções na zona central de que trata o art.5 do ato 663/34, alterando o perímetro desta, ficando mantido para um trecho da rua S. Luiz o recuo e 4 ms., previsto no art. 36 do ato 663/34 referido no art. 1
Decreto-lei	Municipal	99	13/06/1941	Regulamenta as construções no bairro do Jardim América, incluindo alguns imóveis para esta zona, sujeita-as ao item 4 do art.2 do Código de Obras, revoga o art.40 do mesmo Código no trecho referente a "Jardim América" e dá outras providências
Decreto-lei	Municipal	127	03/11/1941	Dispõe sobre abertura de um crédito especial de 14.553:564\$800
Decreto-lei	Municipal	131	29/11/1941	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1942
Decreto-lei	Municipal	134	30/12/1941	Dispõe sobre a abertura de um crédito especial de 24.500:000\$000
Decreto-lei	Municipal	135	30/12/1941	Dispõe sobre abertura de crédito especial de 120.000:000\$000, e dá outras providências
Decreto-lei	Municipal	136	05/01/1942	Dispõe sobre os serviços de abertura de gárgulas e rebaçamento de guias
Decreto-lei	Municipal	153	26/05/1942	Dispõe sobre oficialização e denominação de vias públicas

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Decreto-lei	Municipal	179	28/11/1942	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1943
Decreto-lei	Municipal	231	29/11/1943	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1944
Decreto-lei	Municipal	268	27/11/1944	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1945
Decreto-lei	Municipal	277	24/02/1945	Dispõe sobre isenção de impostos e dá outras providências
Decreto-lei	Municipal	400	27/02/1947	Regula a altura dos edifícios da rua Formosa
Decreto-lei	Municipal	401	27/02/1947	Regula a altura dos edifícios das ruas Quirino de Andrade e Consolação, no trecho entre as ruas João Adolfo e Major Quedinho
Decreto-lei	Municipal	413	03/06/1947	Dispõe sobre a regulamentação das construções no projetado prolongamento da avenida 9 de Julho
Decreto-lei	Municipal	414	03/06/1947	Revoga parcialmente a Lei n.3571, de 7 de abril de 1937, e o Decreto n.559, de 21 de dezembro de 1944, e dá outras providências
Decreto-lei	Municipal	415	03/06/1947	Dispõe sobre construções, reconstruções e consertos de passeios
Decreto-lei	Municipal	426	07/07/1947	Dispõe sobre altura dos edifícios que se constroem no alinhamento da rua Rodrigo Silva
Decreto-lei	Municipal	431	08/07/1947	Dispõe sobre a organização administrativa da "Secretaria de Obras", e dá outras providências
Lei	Municipal	1	29/09/1892	Cria quatro Intendências, distribuindo os serviços municipais
Lei	Municipal	2	29/10/1892	Especifica a competência de cada Intendente
Lei	Municipal	7	03/12/1892	Distingue os dois poderes municipais, legislativo e executivo
Lei	Municipal	18	24/01/1893	Orça a receita e a despesa para o ano de 1893
Lei	Municipal	21	22/02/1893	Autoriza a reorganização do pessoal, suas atribuições e deveres
Lei	Municipal	24	24/03/1893	Desapropria o terreno em aberto no Largo de S. Bento, entre a Igreja e o edifício da Companhia Paulista
Lei	Municipal	32	04/05/1893	Desapropria o terreno entre a travessa 7 de Abril e a rua do Ipiranga
Lei	Municipal	34	04/05/1893	Indeniza a João de Oliveira Guimarães do terreno que perdeu com o alinhamento dado à rua Líbero Badaró
Lei	Municipal	38	24/05/1893	Estabelece a aprovação de plantas para as novas edificações
Lei	Municipal	39	24/05/1893	Regula o serviço de enfiteuses e dos arrendamentos dos bens municipais
Lei	Municipal	43	05/07/1893	Autoriza o aforamento do terreno municipal situado a rua Florêncio de Abreu
Lei	Municipal	54	27/07/1893	Autoriza a revisão dos lançamentos atrasados sobre impostos e multas
Lei	Municipal	55	27/07/1893	Isenta de impostos os terrenos da Baronesa de Limeira
Lei	Municipal	59	02/09/1893	Desapropria o terreno para alargamento da rua Barão de Itapetininga, entre as ruas Formosa e Conselheiro Crispiniano
Lei	Municipal	63	28/09/1893	Regula a construção de açougues
Lei	Municipal	64	16/10/1893	Aprova a tabela de impostos municipais
Lei	Municipal	69	16/11/1893	Autoriza a construção do Mercado de Peixe, anexo ao Mercado 25 de Março
Lei	Municipal	87	19/01/1894	Concede a João R. Menezes o estabelecimento de uma linha de "tramways" para a Cantareira
Lei	Municipal	100	26/04/1894	Proíbe o trânsito de gado pela avenida Paulista
Lei	Municipal	111	21/09/1894	Regula o sistema de edificações na avenida Paulista
Lei	Municipal	121	23/11/1894	Modifica o Poder Executivo Municipal
Lei	Municipal	122	23/11/1894	Autoriza as sessões ordinárias da Câmara serem feitas quatro por ano
Lei	Municipal	124	11/12/1894	Orça a receita e despesa do município para o ano de 1895
Lei	Municipal	129	03/01/1895	Revoga a Lei 121 de 06 de dezembro de 1894
Lei	Municipal	131	23/01/1895	Autoriza melhoramentos no mercado da rua 25 de Março
Lei	Municipal	134	23/01/1895	Regulariza a Polícia Sanitária do Município
Lei	Municipal	142	28/01/1895	Autoriza o calçamento geral da cidade
Lei	Municipal	148	05/03/1895	Modifica o art. 2 da Lei 142, de 28 de janeiro deste ano
Lei	Municipal	159	02/05/1895	Concede isenção de impostos municipais a quem construir um ou dois teatros nesta capital
Lei	Municipal	165	02/05/1895	Aumenta a verba da Lei 131, de 23 de janeiro deste ano
Lei	Municipal	167	04/05/1895	Revoga a limitação do n. 2, art.1 da Lei 142 de 28 de janeiro deste ano
Lei	Municipal	191	12/12/1895	Altera as leis 142 e 148, de 29 de janeiro e 5 de março de 1895
Lei	Municipal	193	13/01/1896	Marca as sessões da Câmara duas vezes por semana
Lei	Municipal	200	20/02/1896	Autoriza a construção de um Teatro Municipal nesta Capital
Lei	Municipal	203	27/02/1896	Reforma as diversas repartições da Câmara Municipal
Lei	Municipal	209	11/03/1896	Obriga a construção de passeios e fechos de terrenos
Lei	Municipal	212	13/03/1896	Cria a Caixa Econômica Municipal
Lei	Municipal	219	18/03/1896	Cria os lugares de Fiscal de Higiene, Alinhador e Auxiliar de Campo

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Lei	Municipal	220	18/03/1896	Obriga a demolição de qualquer edifício, muro ou obra que ameçar ruína, ou estiver construído fora do padrão municipal
Lei	Municipal	223	28/03/1896	Autoriza melhoramentos nos largos do Arouche e Liberdade
Lei	Municipal	226	28/03/1896	Dá atribuições ao Intendente de Polícia para rever títulos dados aos estabelecimentos dentro do Município
Lei	Municipal	231	15/04/1896	Autoriza o Intendente de Obras a modificar a organização da repartição a seu cargo
Lei	Municipal	233	18/04/1896	Autoriza a ligação da rua Santo Antonio e Consolação e melhoramentos no largo do Comércio da Luz
Lei	Municipal	234	18/04/1896	Regula a construção de estábulos no primeiro perímetro da capital
Lei	Municipal	235	18/04/1896	Revoga o art.1 da Lei 193, de 13 de janeiro deste ano
Lei	Municipal	237	07/05/1896	Discrimina as atribuições dos Intendentes
Lei	Municipal	239	07/05/1896	Abre um crédito suplementar de Rs. 1.150:000\$000 à Intendência de Obras
Lei	Municipal	264	20/08/1896	Cria na Intendência de Obras, uma comissão técnica
Lei	Municipal	265	21/08/1896	Cria na Intendência de Obras, um lugar de Diretor de Secretaria
Lei	Municipal	274	28/08/1896	Marca a altura em que devem ser colocados os toldos das casas comerciais
Lei	Municipal	276	30/09/1896	Autoriza a encampação do Viaduto do Chá
Lei	Municipal	276	30/09/1896	Autoriza a encampação do Viaduto do Chá
Lei	Municipal	278	07/10/1896	Autoriza o Intendente de Justiça a contratar a codificação das posturas municipais
Lei	Municipal	287	11/11/1896	Orça a receita e despesa do município para o ano de 1897
Lei	Municipal	296	07/12/0896	Declara de utilidade pública ao terreno compreendido à rua da Consolação em frente à avenida Paulista
Lei	Municipal	305	11/01/1898	Concede permissão para a construção de um Mercado no lugar onde está situado o Mercado da rua São João
Lei	Municipal	324	22/09/1897	Regula as infrações de leis ou posturas municipais
Lei	Municipal	325	22/09/1897	Proíbe estábulos na Avenida Peulista
Lei	Municipal	335	11/01/1898	Orça a receita e despesa para o ano de 1898
Lei	Municipal	336	24/01/1898	Autoriza a construção de um ou mais teatros nesta Capital
Lei	Municipal	374	29/11/1898	Organiza o Poder Executivo Municipal
Lei	Municipal	376	23/12/1898	Autoriza a concessão de uma linha férrea circular nesta capital
Lei	Municipal	407	21/07/1899	Regula o serviço de distribuição de força e luz pela eletricidade
Lei	Municipal	409	21/07/1899	Autoriza o Prefeito a permitir que Jules Martin execute por seções as "Galerias de Cristal"
Lei	Municipal	419	28/08/1899	Prorroga por mais seis anos as isenções de impostos de terrenos da Baronesa de Limeira, concedidas pela lei 55 de 27 de julho de 1893
Lei	Municipal	434	20/11/1899	Fixa a despesa e orça a receita do município para o ano financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1900
Lei	Municipal	454	22/02/1900	Aprova as bases para o contrato com a "Companhia Telefônica de São Paulo"
Lei	Municipal	454	22/02/1900	Aprova as bases para o contrato com a "Companhia Telefônica de São Paulo"
Lei	Municipal	475	22/06/1900	Regula os levantamentos de calçamentos das ruas da capital
Lei	Municipal	493	26/10/1900	Fixa a despesa e orça a receita do município para o ano financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1901
Lei	Municipal	498	14/12/1900	Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária
Lei	Municipal	503	15/01/1901	Faz a Fried & Ekman concessão, por vinte anos, para construção, uso e gozo de um viaduto ligando o largo de São Bento ao de Santa Efigênia
Lei	Municipal	521	11/06/1901	Adota o plano de alinhamento da rua 15 de Novembro, organizado pela extinta comissão de melhoramentos da Municipalidade
Lei	Municipal	528	06/07/1901	Aprova as bases de unificação dos contratos da "The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited"
Lei	Municipal	549	19/10/1901	Autoriza o Prefeito a entrar em acordo com a exma. sra. d. Maria Angélica de Souza Queiroz e Barros sobre isenção de impostos
Lei	Municipal	552	28/10/1901	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1902
Lei	Municipal	553	14/11/1901	Autoriza o Prefeito a contratar a construção de casas, vilas operárias e núcleos coloniais
Lei	Municipal	604	13/09/1902	Autoriza o Prefeito a contratar a construção de casas, vilas operárias e núcleos coloniais
Lei	Municipal	611	22/10/1902	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1903

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Lei	Municipal	626	07/02/1903	Regula o funcionamento de estabelecimentos comerciais na avenida Paulista
Lei	Municipal	627	07/02/1903	Autoriza o Prefeito a entrar em acordo com o governo do Estado sobre a transferência de terreno que este destina à construção de um teatro
Lei	Municipal	643	25/04/1903	Autoriza o Prefeito a mandar construir o Teatro Municipal
Lei	Municipal	655	30/06/1903	Autoriza o Prefeito a contrair um empréstimo de 4.000:000\$000
Lei	Municipal	656	07/07/1903	Regula o fechamento das portas dos estabelecimentos comerciais
Lei	Municipal	670	16/09/1903	Declara de utilidade pública os terrenos e prédios necessários ao aumento do largo do Rosário
Lei	Municipal	683	07/11/1903	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1904
Lei	Municipal	722	26/03/1904	Regula a verificação de alinhamentos
Lei	Municipal	761	20/07/1904	Estabelece favores para os proprietários de terrenos que forem edificados nas ruas Barão de Itapetininga e Conselheiro Crispiniano
Lei	Municipal	790	17/11/1904	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1905
Lei	Municipal	838	23/08/1905	Proíbe a plantação de bambus, servindo de cerca divisória ao longo das vias públicas
Lei	Municipal	845	20/09/1905	Concede prazo a D. Veridiana Valéria da Silva Prado, para fecho de terrenos de sua propriedade
Lei	Municipal	910	09/06/1906	Autoriza o Prefeito a mandar construir um viaduto ligando os largos de São Bento e Santa Efigência
Lei	Municipal	956	16/11/1906	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1907
Lei	Municipal	960	19/11/1906	Proíbe o estabelecimento de fábricas e construções de edifícios para as mesmas nas quadras de terrenos que dão frente para a Avenida Paulista
Lei	Municipal	995	10/05/1907	Autoriza o Prefeito a aceitar a desistência do contrato da "Empresa de Bondes de Santana", e a incorporar ao contrato da "Light and Power" a concessão para a construção de uma linha de bondes elétricos
Lei	Municipal	1011	06/07/1907	Estabelece diversos favores aos proprietários que construírem prédios com mais de dois pavimentos sobre o solo, adotando fachadas aprovadas pela Prefeitura, em determinadas ruas
Lei	Municipal	1019	17/07/1907	Autoriza o Prefeito a contrair um empréstimo interno até a quantia de 13.000:000\$000, ou seu equivalente em ouro no caso de ser externo
Lei	Municipal	1019	17/07/1907	Autoriza o Prefeito a contrair um empréstimo interno até a quantia de 13.000:000\$000, ou o seu equivalente em ouro no caso de ser o empréstimo externo
Lei	Municipal	1054	12/11/1907	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1908
Lei	Municipal	1056	13/11/1907	Prorroga por um ano o prazo para a apresentação dos estudos definitivos para uma estrada de ferro circular nesta cidade
Lei	Municipal	1079	01/04/1908	Isentando de imposto o primeiro grande hotel que for montado nesta capital
Lei	Municipal	1098	08/07/1908	Concede favores para a construção de casas operárias
Lei	Municipal	1118	26/08/1908	Prorroga por mais de um ano o prazo do contrato com o dr. Felipe Gonçalves relativo à construção de uma estrada de ferro circular
Lei	Municipal	1155	26/10/1908	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1909
Lei	Municipal	1193	09/03/1909	Dispõe sobre a abertura de novas ruas
Lei	Municipal	1210	29/04/1909	Dá interpretação ao art.12 da lei 407, de 21 de julho de 1899, e autoriza o Prefeito a modificar os contratos da "S. Paulo Tramway Light and Power Company Limited"
Lei	Municipal	1230	26/08/1909	Autoriza a rescisão do contrato de arrendamento de terrenos existentes nos baixos do Viaduto do Chá
Lei	Municipal	1258	30/10/1909	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1910
Lei	Municipal	1268	01/12/1909	Prorroga por 30 anos o prazo de licença concedida ao dr. Phelippe Antonio Gonçalves para uso e gozo de uma estrada de ferro circular
Lei	Municipal	1279	31/12/1909	Autoriza o Prefeito a abrir concorrência para os melhoramentos da várzea do Carmo
Lei	Municipal	1303	17/03/1910	Autoriza o Prefeito a expedir regulamento para os serviços de viação em geral
Lei	Municipal	1324	31/05/1910	Autoriza a emissão de letras para a aquisição dos prédios necessários para a construção da Catedral
Lei	Municipal	1331	06/06/1910	Aprova o plano de melhoramentos da zona dominada pelo Viaduto do Chá
Lei	Municipal	1340	27/07/1910	Dispõe sobre agenciadores de hotéis

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Lei	Municipal	1353	13/09/1910	Concede isenção dos emolumentos de construção e de impostos ao primeiro grande hotel que se construir nesta capital
Lei	Municipal	1355	07/10/1910	Dispõe sobre a continuação da planta cadastral da cidade
Lei	Municipal	1361	27/10/1910	Determina o alargamento da rua Líbero Badaró
Lei	Municipal	1413	20/04/1911	Dispõe sobre a arrecadação da taxa sanitária e dá outras providências quanto ao serviço de limpeza pública e particular, de fiscalização etc.
Lei	Municipal	1451	01/09/1911	Dispõe sobre a varredura e a lavagem dos prédios particulares
Lei	Municipal	1457	09/09/1911	Aprova a seção do plano Bouvard relativa aos melhoramentos das ruas Líbero Badaró e Formosa e da parte do Vale do Anhangabaú, compreendida entre a rua de S. João e o largo do Riachuelo, e declara de utilidade pública diversos prédios
Lei	Municipal	1467	31/10/1911	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1912
Lei	Municipal	1473	10/11/1911	Declara de utilidade pública diversos prédios necessários para a formação de uma praça de acordo com o plano Bouvard
Lei	Municipal	1484	24/11/1911	Declara de utilidade pública os terrenos necessários para o alargamento da rua da Conceição e prolongamento da rua D. José de Barros
Lei	Municipal	1490	23/12/1911	Dispõe sobre andaimes das construções de prédios
Lei	Municipal	1536	30/04/1912	Autoriza o Prefeito a contrair um empréstimo de 10.000:000\$000
Lei	Municipal	1542	24/05/1912	Concede a Ernesto de Campos Lima, ou à empresa que organizar, durante 25 anos, 50 por cento do lixo diário para fins industriaes, e dá outras providências
Lei	Municipal	1550	11/06/1912	Proíbe a construção de cocheiras e estábulos, 300 metros em círculo dos grupos escolares, e regula a mudança das existentes
Lei	Municipal	1576	31/07/1912	Cria em cada quarteirão da cidade um inspetor auxiliar da fiscalização municipal
Lei	Municipal	1580	22/08/1908	Proíbe qualquer obra de acréscimo ou de adaptação dos prédios urbanos que estiverem construídos em desacordo com o padrão
Lei	Municipal	1581	22/08/1912	Cria a taxa de 20 réis diários por metro linear de guias sem passeio
Lei	Municipal	1585	03/09/1912	Dispõe sobre alinhamento de construções
Lei	Municipal	1591	12/09/1912	Determina a Instalação de latrinas e mitórios nos estabelecimentos de caráter público, para uso de seus frequentadores
Lei	Municipal	1596	27/09/1912	Aprova a planta do alargamento da rua S. João, desde a praça Antônio Prado até a rua Lopes de Oliveira
Lei	Municipal	1601	28/09/1912	Marca a largura dos passeios das ruas de mais de 16 metros de largura
Lei	Municipal	1613	31/10/1912	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1913
Lei	Municipal	1631	06/12/1912	Autoriza o Prefeito a contrair um empréstimo de 45.000:000\$000, ou de £3.000.000 em ouro
Lei	Municipal	1637	28/12/1912	Cria o lugar de Inspetor de Higiene Municipal
Lei	Municipal	1646	15/02/1913	Autoriza o Prefeito a contrair um empréstimo de 45.000:000\$000
Lei	Municipal	1666	26/03/1913	Dispõe sobre a abertura de ruas, avenidas ou praças
Lei	Municipal	1680	16/04/1913	Aplica aos prédios das ruas Dr. Falcão e D. José de Barros, inclusive no prolongamento desta até o largo de Santa Ifigênia, a disposição do art.5 da lei 1585, de 3 de setembro de 1912
Lei	Municipal	1681	16/04/1913	Declara de utilidade pública diversos prédios para alargamento em parte da avenida Tiradentes e para a formação do Parque da Floresta
Lei	Municipal	1705	13/06/1913	Decreta o recuo das construções de ambos os lados da rua Barão de Itapetininga
Lei	Municipal	1706	21/06/1913	Dispõe sobre edificações ou reedificações na avenida Rangel Pestana
Lei	Municipal	1724	22/08/1913	Dispõe sobre toldos, tapagens etc.
Lei	Municipal	1749	29/10/1913	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1914
Lei	Municipal	1765	16/12/1913	Autoriza o Prefeito a contrair um empréstimo até 75.000:000\$000
Lei	Municipal	1767	13/01/1914	Dispondo sobre a cobrança de imposto de postes
Lei	Municipal	1769	20/03/1914	Dispondo sobre relevamento de multas
Lei	Municipal	1780	07/05/1914	Regulamenta as construções a serem feitas nas avenidas marginaes ao rio Tamanduateí
Lei	Municipal	1788	28/05/1914	Dividindo em três perímetros o Município da Capital
Lei	Municipal	1790	30/05/1914	Dispondo sobre o alinhamento do lado par do largo do Riachuelo
Lei	Municipal	1793	12/06/1914	Aprova o projeto para a formação de um parque na várzea do Carmo
Lei	Municipal	1828	31/10/1914	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1915
Lei	Municipal	1874	12/05/1915	Divide o Município em quatro perímetros e dá outras providências
Lei	Municipal	1879	29/05/1915	Cria o imposto predial rústico

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Lei	Municipal	1920	30/10/1915	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1916
Lei	Municipal	1954	22/02/1916	Regulamenta a construção ou adaptação de prédios para o funcionamento de cinematógrafos no Município da Capital, e dá outras providências
Lei	Municipal	1993	21/07/1916	Autoriza o Prefeito a contrair o empréstimo de que trata a lei nº 1765, de 16 de dezembro de 1913
Lei	Municipal	2020	28/10/1916	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1917
Lei	Municipal	2053	10/02/1917	Altera a disposição do art.2 da lei 1451, de 01/09/1911, e dá outras providências
Lei	Municipal	2095	29/10/1917	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1918
Lei	Municipal	2101	16/11/1917	Autoriza a Prefeitura a conceder licença para o funcionamento dos cinematógrafos em geral, já existentes ao tempo da promulgação da lei 1954, de 23 de fevereiro de 1916, e dá outras providências
Lei	Municipal	2118	13/02/1918	Revoga as disposições do parágrafo único do art.12 da lei 1874, de maio de 1915, e dá outras providências
Lei	Municipal	2119	16/02/1918	Autoriza a Municipalidade a adotar, para incorporar às suas posturas, a lei estadual 1596, de 29 de dezembro de 1917, na parte referente às construções e reconstruções de prédios urbanos
Lei	Municipal	2121	28/02/1918	Restabelece o cargo de Inspetor de Higiene Municipal, criado pela lei 1637, de 28 de dezembro de 1912 e suprimido pela Resolução 83, de 10 de agosto de 1916
Lei	Municipal	2162	26/10/1918	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1919
Lei	Municipal	2219	16/08/1918	Autoriza o Prefeito a conceder a remissão dos aforamentos constituídos até 31 de dezembro de 1916 ao foreiro que a requeira
Lei	Municipal	2239	30/10/1919	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1920
Lei	Municipal	2241	22/11/1919	Regula o funcionamento das confeitarias, sorveterias, leiterias e botequins existentes no Município
Lei	Municipal	2247	28/11/1919	Autoriza o Prefeito a contratar com o dr. Affonso A. de Freitas a organização de um mapa completo e minucioso da cidade
Lei	Municipal	2255	31/01/1920	Regulamenta as reconstruções de muros e prédios no cruzamento das ruas Veridiana, Major Sertório, Maria Antonia e Itambé com a avenida Higienópolis e dá outras providências
Lei	Municipal	2261	07/02/1920	Isenta de impostos e taxas municipais, as associações esportivas legalmente constituídas e com sede nesta Capital
Lei	Municipal	2262	07/02/1920	Concede diversos favores ao particular, empresa ou companhia que construir e fizer funcionar, nesta Capital, os três primeiros grandes hotéis, e dá outras providências
Lei	Municipal	2324	09/10/1920	Autoriza o Prefeito a firmar contrato com particulares ou empresa que se organizar, para o fim de construir e fazer funcionar um grande hotel, nesta Capital, mediante a concessão de certos favores
Lei	Municipal	2331	30/10/1920	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o ano de 1921
Lei	Municipal	2332	09/11/1920	Estabelece o "Padrão Municipal", para as construções particulares no Município
Lei	Municipal	2373	15/03/1921	Revoga as disposições constantes do art.85, suas letras e parágrafos, da lei 2332, de 9 de novembro de 1920
Lei	Municipal	2379	22/03/1921	Prorroga, por dois anos, o prazo de que trata o art.1 da lei 2101, de 16 de novembro de 1917, e dá outras providências
Lei	Municipal	2403	21/06/1921	Regulamenta a construção de prédios ao longo do viaduto da Boa Vista e dá outras providências
Lei	Municipal	2407	25/06/1921	Regulamenta a construção de casas afastadas do alinhamento da via pública
Lei	Municipal	2440	29/10/1921	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1922
Lei	Municipal	2463	31/03/1922	Concede o empréstimo de 3.000:000\$000, em letras da Câmara, à Companhia dos Grandes Hotéis de São Paulo
Lei	Municipal	2485	22/05/1922	A Municipalidade adota, para incorporar à sua legislação, os dispositivos da Lei estadual 1835-C, de 26 de dezembro de 1921, e respectivo regulamento
Lei	Municipal	2506	30/06/1922	Autoriza a Prefeitura a conceder licença, a título precário, aos srs. Ascanio Cerqueira e Edgard Soares, para o estabelecimento, nesta Capital, de linhas de bondes elétricos, sem trilhos

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Lei	Municipal	2513	28/07/1922	Aprova o acordo feito pela Prefeitura para a aquisição de duas áreas de terreno, sitas entre o largo da Memória e a rua João Adolfo e nesta última rua, necessárias ao prolongamento do Parque Anhangabaú
Lei	Municipal	2541	04/10/1922	Altera em parte a Lei 2332, de 09 de novembro de 1920
Lei	Municipal	2556	30/10/1922	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1923
Lei	Municipal	2578	05/02/1923	Determina que terão, no mínimo, três pavimentos as construções ou reconstruções sobre o alinhamento da alameda Barão de Limeira, em toda a sua extensão, e dá outras providências
Lei	Municipal	2601	24/04/1923	Autoriza o calçamento a asfalto de ruas da cidade, numa área de 100.000 metros quadrados
Lei	Municipal	2604	21/05/1923	Inclui, na parte suburbana da cidade, os terrenos do "Jardim Europa"
Lei	Municipal	2611	20/06/1923	Proíbe a abertura de vias de comunicação, em qualquer perímetro do município, sem prévia licença da Prefeitura
Lei	Municipal	2652	21/09/1923	Modifica as zonas urbana e suburbana, estabelecidas pelos arts. 5 e 6 da lei 2332, de 9 de novembro de 1920
Lei	Municipal	2659	29/10/1923	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1924
Lei	Municipal	2661	10/11/1923	Declara que todas as despesas autorizadas por leis extra-orçamentárias só serão realizadas quando incluídas no orçamento ou quando, para elas, a lei respectiva determinar recursos especiais
Lei	Municipal	2662	27/11/1923	Modifica os artigos 70 e 71 da lei 2332, de 9 de novembro de 1920, e dá outras providências
Lei	Municipal	2682	19/03/1924	Dispõe sobre o prazo para a aprovação de projetos
Lei	Municipal	2689	04/04/1924	Dispõe sobre a pavimentação da cidade
Lei	Municipal	2691	10/04/1924	Designa uma comissão para o estudo do problema da circulação de veículos e pedestres no Município
Lei	Municipal	2702	26/04/1924	Estabelece novas disposições para a aplicação do art.25 da lei 2611, de 1923
Lei	Municipal	2711	29/04/1924	Organiza uma comissão técnica, para o estudo completo dos projetos e orçamentos referentes a melhoramentos na Capital
Lei	Municipal	2727	17/06/1924	Modifica, em parte, a lei 2332, de 9 de novembro de 1920
Lei	Municipal	2735	21/08/1924	Permite a construção de dois balcões, com saliência, no nono e décimo pavimentos do prédio à rua Libero Badaró, 101
Lei	Municipal	2754	01/10/1924	Divide o Município de São Paulo em quatro setores
Lei	Municipal	2757	10/10/1924	Autoriza o pagamento de 32:990\$000 a V. Dubugras e Filhos, pela confecção de esboços, projetos, detalhes e estudos das obras da praça da Sé
Lei	Municipal	2768	29/10/1924	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1925
Lei	Municipal	2818	09/02/1925	Regula o funcionamento de elevadores e dá outras providências
Lei	Municipal	2819	09/02/1925	Fixa a porcentagem e estipula o prêmio a que se refere a lei nº 2779 de 17 de novembro de 1924
Lei	Municipal	2829	25/02/1925	Autoriza a Prefeitura a expedir um regulamento para os cemitérios municipais
Lei	Municipal	2842	07/03/1925	Aprova o plano planimétrico e altimétrico da implantação do novo edifício da firma Theodoro Wille & Cia.
Lei	Municipal	2850	26/03/1925	Divide a cidade em dois setores, estes em quatro zonas, e dá outras providências
Lei	Municipal	2879	19/06/1925	Autoriza o Prefeito a designar uma comissão técnica que se encarregará de estudar e elaborar um plano geral de conjunto, abrangendo planos parciais de extensão, embelezamento, melhoramentos e sistematização da cidade de São Paulo, e dá outras providências
Lei	Municipal	2890	23/07/1925	Cria, na Diretoria de Obras e Viação, uma seção técnica de fiscalização de construções particulares, e dá outras providências
Lei	Municipal	2898	10/08/1925	Cria, na Diretoria de Obras e Viação, a Seção de Cadastro e Urbanismo
Lei	Municipal	2932	29/10/1925	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1926
Lei	Municipal	2957	13/04/1926	Autoriza o Prefeito a contrair, na praça de São Paulo, um empréstimo, até a quantia de cinco mil contos de réis, em moeda corrente do país
Lei	Municipal	2987	07/07/1926	Regula a construção de prédios na avenida Conselheiro Rodrigues Alves
Lei	Municipal	2998	24/08/1926	Amplia o perímetro da zona central
Lei	Municipal	3008	28/10/1926	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1927

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Lei	Municipal	3041	12/05/1927	Autoriza o Prefeito a contrair no país, ou no exterior, um empréstimo até cinquenta mil contos de réis, ou seu equivalente em ouro, conforme a autorização contida na lei estadual nº 2168-B, de 26 de dezembro de 1926
Lei	Municipal	3065	15/07/1927	Aprova o projeto elaborado pelo engenheiro F. Saturnino Rodrigues de Brito, com as modificações introduzidas pela seção de Urbanismo da Diretoria de Obras, para a canalização do rio Tietê, entre a Penha e Osasco
Lei	Municipal	3065	15/07/1927	Aprova o projeto elaborado pelo engenheiro F. Saturnino Rodrigues de Brito, com as modificações introduzidas pela sessão de Urbanismo da Diretoria de Obras, para canalização do rio Tietê, entre a Penha e Osasco
Lei	Municipal	3093	23/09/1927	Cria, na Prefeitura Municipal, uma comissão para executar os trabalhos relativos à abertura da chamada avenida Anhangabaú e praça São Manuel, e dá outras providências
Lei	Municipal	3101	20/10/1927	Autoriza o Prefeito a constituir a comissão de melhoramentos do rio Tietê, e dá outras providências
Lei	Municipal	3108	28/10/1927	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1928
Lei	Municipal	3144	15/02/1928	Declara de necessidade pública as áreas de terreno atualmente alagadiças ou sujeitas a inundações, próximas ao rio Tietê, que forem saneadas ou beneficiadas em consequência dos serviços de que trata a lei 3065, de 15 de julho de 1927
Lei	Municipal	3203	17/07/1928	Autoriza o Prefeito a contratar o levantamento topográfico do Município, pelo processo que julgar mais conveniente e mediante concorrência pública
Lei	Municipal	3224	08/09/1928	Eleva diversas multas previstas no Código de Posturas de 1886
Lei	Municipal	3235	18/10/1928	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1929
Lei	Municipal	3255	29/12/1928	Dispõe sobre a colocação de vitrinas externas em estabelecimentos comerciais
Lei	Municipal	3295	11/04/1929	Autoriza o Prefeito a introduzir modificações, de conformidade com as exigências que a técnica aconselhar, ao projeto de canalização do rio Tietê
Lei	Municipal	3383	18/09/1929	Determina que as construções no trecho da avenida Anhangabaú, entre o largo da Memória e a rua Martinho Prado, deverão ser feitas no alinhamento, empregando-se o sistema de arcadas sobre o passeio, e dá outras providências
Lei	Municipal	3427	19/11/1929	Código de obras Arthur Saboya
Lei	Municipal	3428	27/11/1929	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1930
Lei	Municipal	3539	23/11/1936	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1937
Lei	Municipal	3565	16/03/1937	Dispõe sobre aplicação do art.180
Lei	Municipal	3571	07/04/1937	Declara aplicáveis às avenidas Paulista, Higienópolis, Angélica, Pedro I, Pompéia, e rua Maranhão as exigências do art.40 do Ato 663 de 1934 e dá outras providências
Lei	Municipal	3597	28/04/1937	Regula a altura dos edifícios a serem construídos próximo aos limites de aeroportos
Lei	Municipal	3611	23/06/1937	Constitui a Comissão do Plano da Cidade de São Paulo, de acordo com o art.117 da lei 2484, de 16 de dezembro de 1935
Lei	Municipal	3625	04/08/1937	Estende às vias públicas dos bairros residenciais as disposições do art.24 e seu parágrafo do Ato 663, de 1934
Lei	Municipal	3633	01/09/1937	Aprova o plano de localização do Paço Municipal e urbanização da esplanada do Carmo e dá outras providências
Lei	Municipal	3660	30/10/1937	Autoriza a emissão de títulos na importância total de 60.000:000\$000, destinada a obras e melhoramentos em geral
Lei	Municipal	3664	10/11/1937	Orça a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 1938
Lei	Municipal	4086	06/07/1951	Estabelece condições de zoneamento nos cruzamentos da alameda Barão do Rio Branco e rua dos Guaianazes com as alamedas Glette e Nothman
Lei	Municipal	4375	22/04/1953	Aprova o plano de remodelação, ampliação e obras complementares na praça Princesa Isabel e regulamenta a altura dos edifícios da referida praça
Lei	Municipal	4608	31/12/1954	Denomina avenida Rio Branco as atuais Rua Visconde do Rio Branco e Alameda Barão do Rio Branco, dispõe sobre edificações naquela via e dá outras providências

Diploma	Âmbito	Número	Data	Ementa
Lei	Municipal	4615	13/01/1955	Regula as condições gerais das edificações
Resolução	Municipal	6	17/02/1911	Autoriza o Prefeito entrar em acordo com o governo do Estado, para demarcação dos terrenos devolutos municipais
Resolução	Municipal	8	23/03/1911	Autoriza o Prefeito a contratar com o engenheiro Bouvard a organização de um projeto de melhoramentos na Capital
Resolução	Municipal	8	27/12/1892	Concede concessão a Domingos dos Reis e outros, para o estabelecimento de "Ascensores Mecânicos"
Resolução	Municipal	13	22/04/1911	Autoriza o Prefeito a entrar em acordo com o Governo Estadual para dar execução ao disposto no art.86 da lei 1.245, de 30 de dezembro de 1910 (casas para operários)
Resolução	Municipal	18	16/06/1911	Aprova o contrato que a Prefeitura celebrou com J. A. Bouvard
Resolução	Municipal	32	23/11/1912	Autoriza a Prefeitura a aprovar a planta apresentada para a construção de um prédio à rua Direita n.7-A e dá outras providências
Resolução	Municipal	44	07/05/1914	Autorizando a Prefeitura a mandar organizar a consolidação das leis municipais em vigor
Resolução	Municipal	49	22/08/1914	Estabelecendo prazo para entrar em execução a lei 1788, de 28/05/1914
Resolução	Municipal	57	24/03/1915	Autoriza o Prefeito a aceitar a proposta de Antonio de Toledo Lara para indenizar a Câmara do valor de 898 m2, que acresceu ao prédio n.1 da praça Antonio Prado
Resolução	Municipal	58	21/03/1895	Autoriza o aforamento de diversos terrenos
Resolução	Municipal	72	11/06/1896	Proíbe a colocação de mitórios nos centros dos largos da cidade
Resolução	Municipal	83	10/08/1916	Suprime o cargo de Inspetor de Higiene Municipal
Resolução	Municipal	85	23/08/1897	Permite o afastamento do edifício do Liceu de Artes e Ofícios, em construção
Resolução	Municipal	87	17/12/1897	Concede a Jules Martin prazo para apresentar plantas definitivas das Galerias de Cristal
Resolução	Municipal	89	10/02/1917	Regulamenta o trânsito de veículos no centro da cidade
Resolução	Municipal	91	16/03/1898	Concede à S. Paulo Railway Company, a ocupação dos terrenos entre as ruas Florêncio de Abreu, Brigadeiro Tobias e José Paulino
Resolução	Municipal	95	28/06/1898	Permite exclusivamente a Domingos Reis, o estabelecimento de ascensores mecânicos
Resolução	Municipal	171	29/01/1921	Estabelece que as condições contidas nos arts. 67 e 68 da lei nº 2332, de 09 de novembro de 1920, são aplicáveis exclusivamente à zona central, definida no art. 4º da mesma lei
Lei	Provincial	1	03/02/1888	Autoriza o governo a contratar com a Sociedade Promotora de Imigração a introdução de cem mil imigrantes
Lei	Provincial	9	27/03/1886	Autoriza o governo da província a despender a quantia de cinquanta contos de réis com a iniciação dos trabalhos de levantamento de cartas geográficas, topograficas, itinerárias, geológicas e agrícolas da província
Lei	Provincial	29	16/03/1888	Autoriza a organização do serviço de higiene
Lei	Provincial	40	21/02/1881	Autoriza o governo da província a conceder o prêmio de quatro contos de réis ao autor do melhor tratado descritivo do nosso estado, recursos, garantias, vantagens e facilidades que possam encontrar os imigrantes nesta província
Lei	Provincial	57	18/03/1836	Estabelece o processo de desapropriação na província
Lei	Provincial	67	24/03/1888	Autoriza a Câmara Municipal da capital a conceder privilégio ao engenheiro Alberto Kulmann para a construção, uso e gozo de uma linha férrea elevada sobre colunas entre a rua de São Bento, canto da de S. João e as proximidades do largo de paçandu
Lei	Provincial	71	27/03/1889	Autoriza o governo a converter o jardim público, sito no bairro da Luz desta Capital, em Jardim Botânico Zoológico
Lei	Provincial	73	17/06/1881	Aprova o contrato de 26 de novembro, celebrado entre o governo da província e Jules Martin, em execução da lei n.48 de 6 de abril de 1880
Resolução	Provincial	13	27/03/1886	Contém disposições sobre a forma de construção de cortiços no município da capital
Resolução	Provincial	51	15/04/1886	Manda publicar e executar quatro artigos de posturas da Câmara Municipal desta capital
Resolução	Provincial	62	31/05/1875	Código de posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo
Resolução	Provincial	95	06/05/1886	Manda publicar e executar três artigos de posturas da Câmara Municipal da capital
Resolução	Provincial	134	07/06/1886	Altera e modifica o Código de Posturas da capital de 31 de maio de 1875
Resolução	Provincial	145	18/05/1889	Manda publicar e executar quatro artigos de posturas da Câmara municipal da Capital, relativos a encanamentos de prédios